

PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO E COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE A ZONA COSTEIRA DO AMAPÁ

MARINE SPATIAL PLANNING AND SOCIO-ENVIRONMENTAL COMPLEXITY:
A LOOK AT THE COASTAL ZONE OF AMAPÁ

Wilkson dos Santos Silva
Universidade Federal do Amapá

Orleno Marques da Silva Júnior
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá/Docente

Antonio José Teixeira Guerra
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Docente

RESUMO

Este artigo analisa a zona costeira e marinha do estado do Amapá sob a ótica do Planejamento Espacial Marinho (PEM), com foco na identificação das potencialidades e desafios que marcam esse território. Situado na porção norte da Amazônia brasileira, o litoral amapaense se destaca por sua baixa urbanização, elevada diversidade sociocultural e expressiva conservação ambiental, abrigando comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais com forte vínculo com os recursos naturais. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e interpretação de dados secundários. O artigo organiza-se em duas seções analíticas. A primeira, “Áreas Especiais”, apresenta os principais espaços protegidos e territórios de povos e comunidades tradicionais, incluindo as Unidades de Conservação e os sítios arqueológicos, destacando sua relevância para a preservação ambiental e para a salvaguarda de modos de vida historicamente marginalizados. A segunda seção, “Socioeconomia”, discute os principais usos econômicos do território, como o extrativismo vegetal, a pesca artesanal, o turismo de base comunitária e os empreendimentos industriais offshore, com ênfase nas energias renováveis e na exploração de petróleo e gás, bem como discute as condições da estrutura portuária, da malha rodoviária e do sistema aeroportuário. Conclui-se que o Amapá reúne condições favoráveis à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ancorado em justiça ambiental, valorização da diversidade cultural e fortalecimento das economias locais, desde que articulado a um planejamento territorial participativo e informado por bases científicas sólidas.

PALAVRAS-CHAVE: Zona costeira; Planejamento Espacial Marinho; Amapá; Comunidades tradicionais; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This article analyzes the coastal and marine zone of the state of Amapá from the perspective of Marine Spatial Planning (PEM), focusing on the identification of the potentialities and challenges that mark this territory. Located in the northern portion of the Brazilian Amazon, the coast of Amapá stands out for its low urbanization, high sociocultural diversity and expressive environmental conservation, sheltering indigenous, quilombola, riverside and traditional communities with a strong link to natural resources. The research, of a qualitative nature and exploratory character, is based on bibliographic review, documentary analysis and interpretation of secondary data. The article is organized into two analytical sections. The first, "Special Areas", presents the main protected spaces and territories of traditional peoples and communities, including Conservation Units and archaeological sites, highlighting their relevance for environmental preservation and for the safeguarding of historically marginalized ways of life. The second section, "Socioeconomics", discusses the main economic uses of the territory, such as plant extractivism, artisanal fishing, community-based tourism and offshore industrial enterprises, with an emphasis on renewable energies and oil and gas exploration, as well as discusses the conditions of the port structure, the road network and the airport system. It is concluded that Amapá has favorable conditions for the construction of a sustainable development model anchored in environmental justice, appreciation of cultural diversity and strengthening of local economies, as long as it is articulated with participatory territorial planning and informed by solid scientific bases.

KEYWORDS: Coastal zone; Marine Spatial Planning; Amapá; Traditional communities; Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

A zona costeira brasileira, por sua extensão e diversidade ecológica, representa um espaço estratégico para o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental. Este território dinâmico concentra uma multiplicidade de usos e atores sociais, sendo constantemente tensionado por interesses econômicos, ambientais, culturais e políticos. No contexto do Planejamento Espacial Marinho (PEM), as regiões costeiras e marinhas demandam abordagens integradas que contemplem a complexidade socioambiental, respeitando os modos de vida tradicionais e promovendo o uso racional dos recursos naturais. Nesse cenário, torna-se imprescindível compreender as especificidades regionais, especialmente em áreas sensíveis e menos antropizadas, como é o caso da costa do Amapá.

O estado do Amapá, situado na porção setentrional da Amazônia brasileira, possui uma das zonas costeiras mais preservadas do país. Com cerca de 60% de seu território sob proteção legal, abriga extensas áreas de manguezais, estuários, planícies alagáveis e recifes de corais ainda pouco estudados. A região é marcada por uma rica biodiversidade e por uma expressiva presença de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, que mantêm uma relação profunda com o território e os recursos naturais. Apesar do potencial ecológico e sociocultural, o Amapá enfrenta desafios estruturais relacionados à infraestrutura, à governança ambiental e à pressão crescente por atividades econômicas como a exploração de petróleo, a industrialização e o turismo.

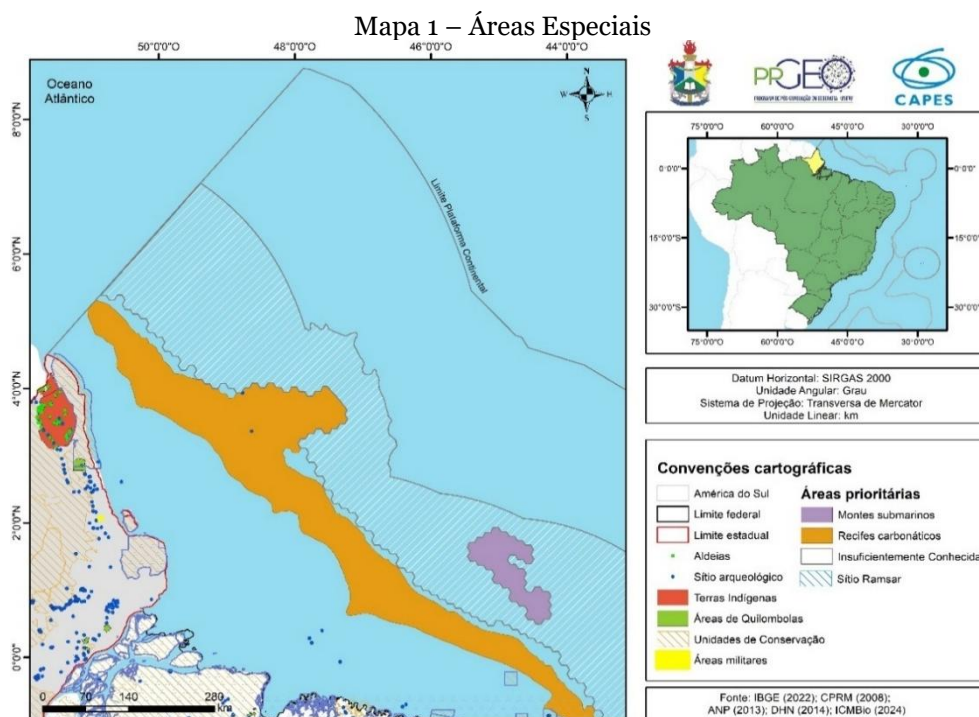
Essas tensões tornam urgente a produção de diagnósticos que articulem as dimensões ambiental, social e econômica da costa amapaense. A compreensão integrada desses aspectos é essencial para a construção de políticas públicas que garantam a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das comunidades locais. Entre os principais temas a serem considerados, destacam-se as Unidades de Conservação, os territórios tradicionais, os sítios arqueológicos, as atividades produtivas extrativistas e pesqueiras, além das possibilidades de desenvolvimento por meio das energias renováveis e do turismo sustentável.

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado na área de Geografia Marinha, cujo objetivo foi analisar a configuração atual da zona costeira e marinha do Amapá à luz das diretrizes do Planejamento Espacial Marinho. A estrutura do texto está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta as Unidades

de Conservação, os povos indígenas, as comunidades quilombolas e tradicionais, além dos sítios arqueológicos localizados na região costeira do estado; a seção 3 analisa os principais usos econômicos do território, como o extrativismo, a pesca, o turismo e as atividades industriais *offshore*, bem como discute as condições da estrutura portuária, da malha rodoviária e do sistema aeroportuário, com foco na integração territorial e nos desafios logísticos regionais. Ao final, são apresentadas as considerações que sintetizam os principais achados da pesquisa e suas implicações para o planejamento e a gestão da zona costeira e marinha do Amapá.

2 ÁREAS ESPECIAIS

A região da costa do Amapá é caracterizada por exuberantes belezas naturais que apresentam diferentes mosaicos de paisagens e possuem relevância significativa por causa de suas características ambientais, da rica biodiversidade e dos seus serviços ecossistêmicos, o que resultou na criação de Unidades de Conservação. Ao mesmo tempo, sob o contexto de áreas especiais, a região tem sido historicamente ocupada por populações tradicionais que dependem dos recursos naturais existentes na região: ribeirinhos e pescadores, comunidades quilombolas e povos Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, além de outras comunidades tradicionais (Silva Junior; Santos; Sarmiento, 2022).



Embora, no Planejamento Espacial Marinho, as comunidades tradicionais, quilombos e terras indígenas apareçam no caderno de Socioeconomia, aqui serão integradas ao caderno de Áreas Especiais, tendo como base o Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006 (Brasil, 2006), que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, e onde o conceito de “área protegida” inclui as unidades de conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas.

Reafirmando essa perspectiva, Bakker, Koning e Tatenhove (2019), ao usarem como exemplo as comunidades pesqueiras de Orkney, na Escócia, enfatizam que a cooperação social dos povos tradicionais, quilombos e terras indígenas deve ser independente, objetivando assegurar sua influência no processo de Planejamento Espacial Marinho e, por isso, não deve ser analisada junto a outras atividades socioeconômicas.

Além disso, os modos de vida e a relação que as comunidades tradicionais têm com a terra, na maioria dos casos, transcendem a necessidade de apropriação materialista, não sendo entendidos somente como fonte de potenciais recursos a serem explorados, mas, sim, como essência vital para a existência coletiva e continuidade social (Dovchin; Dovchin; Gower, 2023). Por isso, a questão da Amazônia setentrional é um dos maiores exemplos de desafios existentes no contexto global sobre a

conservação da biodiversidade e o advento do crescimento econômico industrializado que avança sobre a região (Araujo *et al.*, 2021).

2.1 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas Costeiras e marinhas

As áreas de proteção costeiras e marinhas são ambientes importantes que desempenham papel crucial na manutenção da biodiversidade, na mitigação das mudanças climáticas e no sustento das comunidades locais (ICMBio, 2024a; Schmidt; Pieraccini; Evans, 2022). Elas estão respaldadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei n. 9.985 (Brasil, 1988, 2000).

Nesse contexto, o estado do Amapá merece atenção especial nos âmbitos regional, nacional e internacional, uma vez que 62% do seu território está sob modalidades especiais de proteção. Destas, quatro estão situadas entre a Zona Costeira e o Ambiente Marinho: Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral – Parque Nacional do Cabo Orange (PARNA), Estação Ecológica Maracá-Jipioca (ESEC), Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba e a do Parazinho, representadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Unidades de Conservação

Estação Ecológica Maracá-Jipióca	Parna Cabo Orange	Reserva Biológica do Lago Piratuba	Reserva Biológica do Parazinho
Criação e características	Criação e características	Criação e características	Criação e características
Criada por Decreto Federal n. 86.061, de 2 de junho de 1981.	Criado em 15 de julho de 1980, pelo Decreto n. 84.913.	Criada por decreto federal em 1980.	Criada por Decreto Federal em 1985.
Localização: Litoral do município de Amapá, abrangendo as ilhas Maracá e Jipióca.	Localização: Municípios de Oiapoque (100% do litoral) e parte de Calçoene (76% do litoral), Amapá.	Localização: Município de Amapá, no baixo curso do Rio Araguari, setor atlântico da planície costeira.	Localização: Próximo ao arquipélago do Bailique, distrito do município de Macapá, rodeada pela Foz do Rio Amazonas.
Área: 58.756,95 hectares.	Área: 619.000 hectares, com um perímetro de 590 km.	Área de 400.00 hectares.	Área aproximada de 344.20 hectares.
Bioma: Marinho costeiro, com manguezais, vegetação de terra firme e campos inundados.	Representatividade: 4,3% da área total do estado.	Singular por seu ambiente de lagos.	Formação geológica especial de ilhas sedimentares.
Diversidade: Rica diversidade de espécies de aves marinho-costeiras e maior densidade de onças pintadas em uma ilha.	Bioma: Amazônico e marinho.	Manejo do Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) é realizado pelas comunidades locais.	Ambiente sob influência de águas oceânicas e costeiras.
Gestão e atividades: - Plano de Manejo e Plano de Manejo Integrado do Fogo. - Ações de Educação Ambiental, sensibilização e conscientização voltadas para as comunidades do entorno e os brigadistas. - Pesquisas científicas permitidas, mas visitação turística não implementada.	Ecosistemas: Manguezais, campos inundados, florestas variadas. - Biodiversidade: Refúgio para espécies ameaçadas como a onça-pintada, tartaruga-verde e peixe-serra.	Proteção de espécies ameaçadas: Ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>), onça-pintada (<i>Panthera onca</i>) e peixe-boi-da-Amazônia (<i>Trichechus inunguis</i>).	Gestão sob a Secretária de Estado do Meio Ambiente (SEMA).
Principais desafios na gestão: Presença de búfalos asselvajados. Caça ilegal e pesca predatória. Incêndios florestais.	Gestão e atividades: - Plano de Manejo: Abordagem sistêmica alinhada com estratégias de conservação e desenvolvimento. - Educação Ambiental: Atividades em escolas e comunidades locais. - Pesquisa científica: Permitida, mas visitação turística ainda não foi implementada.	Plano de Manejo e Manejo Integrado do Fogo: região com maior ocorrência de incêndios no estado.	Permite pesquisa científica no entorno, pesca e extrativismo vegetal mediante instrumento legal.
-	Conflitos: Pesca industrial e artesanal no setor marinho.	População tradicional e comunidades: População tradicional que vive da pesca e 3 comunidades que dependem da pesca e agricultores.	-
-	Comunidade: Vila do Cunani, reconhecida como quilombo. Aspectos Sociais - Atividades econômicas: Plantio de mandioca, extrativismo de açaí e cacau, pesca e caça de subsistência.	Populações tradicionais em trâmites burocráticos para desocupar a região.	-
-	Conselho Consultivo e Câmara Temática CONPARNA: Fórum democrático com representantes locais e institucionais. Câmara Temática: Criada em setembro de 2023 para discutir os impactos da exploração de petróleo na região da Foz do Amazonas.	-	-

Fonte: Elaboração própria (2025).

Essas áreas são situadas em um ambiente que é resultado de uma combinação de fatores, como clima tropical com excesso de chuvas e calor, em eventos sazonais bem definidos e com forte influência; o gradiente morfológico; e as faixas litorâneas estreitas, que resultam em um solo de baixa fertilidade natural, baixa capacidade de armazenagem dos nutrientes, alta salinidade e excesso de água (Drummond; Castro Dias; Brito, 2008).

O Parque Nacional do Cabo Orange é reconhecido como Sítio Ramsar de Zonas Úmidas. Essa introdução em uma lista internacional aponta a relevância da área por abrigar grande biodiversidade, tanto de fauna quanto de flora, compondo um sistema interdependente que evidencia a necessidade de sua proteção. Estima-se que a área possa influenciar os sistemas marinhos e costeiros em larga escala ao seu redor, tornando-a sensível a qualquer tipo de estressor (ICMBio, 2013, 2024b).

Além disso, em 2019, a região da Foz do Amazonas, localizada entre os estados do Amapá e do Pará, foi reconhecida como um Sítio Ramsar de Importância Internacional, fortalecendo o *status* de conservação das zonas úmidas estuarinas e costeiras dessa área. A designação abrange aproximadamente 10 milhões de hectares, sendo o maior Sítio Ramsar marinho-costeiro do Brasil e um dos maiores do planeta. A relevância da área está ligada à sua elevada produtividade biológica, à presença de espécies endêmicas e ameaçadas, e à sua função como berçário natural para diversas espécies de peixes, crustáceos, moluscos, aves migratórias e mamíferos aquáticos, incluindo botos e peixes-boi. A zona da Foz do Amazonas exerce papel crucial nos ciclos biogeoquímicos regionais, sendo influenciada pela descarga do maior rio do mundo: o Amazonas, o que reforça sua sensibilidade frente a impactos antrópicos e mudanças climáticas (ICMBio, 2024b; Lima; Costa, 2020; Ramsar Convention On Wetlands, 2019).

2.2 Povos Indígenas

A história dos povos indígenas do Amapá está ligada a uma longa herança histórica e à diversidade cultural. Os Palikur são remanescentes de vários clãs de civilizações do tronco Arawak, que dominaram a costa amapaense no passado. Estima-se que sua população atual seja de cerca de 2.000 pessoas, hoje concentradas próximas ao Oiapoque, na Terra Uaçá. Eles evitaram o contato e, por isso, foram considerados um povo guerreiro;

no entanto, em 1967, ocorreu o processo de conversão dos Palikur, trazendo mudanças culturais para parte do povo (CCPIO, 2019).

Já os Karipuna são descendentes de alianças e fusões de grupos indígenas com foragidos e negros refugiados. Atualmente, cerca de 3.000 pessoas se dividem em terras indígenas como Uaçá, Galibi e Juminã. Eles migraram para Oiapoque no final do século XVIII, fugindo das missões do Cunani e Macari. Na década de 1970, liderados por Manoel Primo — conhecido como Coco —, iniciaram grandes assembleias indígenas que resultaram em conquistas sociais importantes, como a demarcação e homologação das terras indígenas da região (Tassinari, 1998).

Os Galibi Marworno também são descendentes de diversos povos, entre indígenas, negros e refugiados. Sua população é estimada em torno de 3.000 pessoas. As principais aldeias estão situadas ao longo do Rio Uaçá, sendo a maior delas a aldeia Kumarumã, a maior do Amapá, além de outras aldeias adjacentes, inclusive localizadas na BR-156 e no Rio Oiapoque. Eles buscam recuperar sua história e cultura com projetos como o Museu Kuahi (Vidal, 1999).

Por fim, os Galibi Kali'na do Oiapoque, assim se autodefinem para o resgate de uma identidade mais específica, somam cerca de 100 pessoas. Eles são originários de aldeias do Rio Maná, no atual território da Guiana Francesa, e vieram ao Brasil em meados dos anos 1950, fugindo de um desentendimento espiritual com outra família da aldeia. Seu desejo de preservar sua cultura e história é evidente em suas ações e projetos (Vidal, 2023).

2.3 Comunidades Quilombolas

Os quilombos localizados nessas áreas também guardam aspectos singulares da história, cultura e modo de vida desses povos e seus ancestrais. Duas dessas comunidades, Kulumbú do Patuazinho (Quadro 2) e Cunani (Quadro 3), localizadas no município de Oiapoque, são exemplos marcantes dessa diversidade e resiliência.

Quadro 2 – Kulumbu do Patuazinho

Aspectos	Descrição
Localização	Município de Oiapoque, bairro Infraero.
Origem do nome	Homenagem ao igarapé Patuazinho, referência ao amuleto “patois” do candomblé e à comida típica “Kulumbo” da Guiana Francesa.
Fundação	Iniciada por Benedito Furtado, Pai Bené, vindo do Maranhão em busca de um local sagrado para a entidade Xangô Mariano Légua, na década de 1990.
Estabelecimento	Autorizado pela vereadora Maria Holanda, permitindo a construção das primeiras moradias.

População	Cerca de 50 famílias, compostas por pessoas de outros estados (Maranhão, Pará, Ceará), guianenses e indígenas das aldeias Manga e Uaçá.
Atividades principais	Plantio de mandioca para produção de farinha, cultivo de hortaliças, criação de animais para consumo.
Reconhecimento	Certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2009.

Fonte: Adaptado de Lima *et al.* (2022).

Quadro 3 – Cunani

Aspectos	Descrição
Localização	Extremo norte do estado do Amapá, ao longo do Rio Cunani, próximo à costa atlântica norte.
Rota de fuga	Importante para escravizados brasileiros e guianenses após a abolição da escravidão pela França, em 1848.
Ocupação	Mocambos habitados por escravos e alforriados, afastados dos principais centros de povoamento, como Caiena e Macapá.
Atividades	Cultivo de mandioca, banana, hortaliças e frutas; criação de pequenos animais para consumo e venda local; pesca nos rios Calçoene e Cunani.
Produção	Destaque para cacau e açaí, mas carecem de subsídios e apoio para melhoria da cadeia produtiva.

Fonte: Adaptado de Couly *et al.* (2010).

2.4 Comunidades Tradicionais

As comunidades tradicionais e pesqueiras da costa amapaense são essenciais para a economia local, exercendo suas atividades em águas continentais e marinhas. Situadas ao longo do litoral do estado do Amapá, os principais desafios que enfrentam estão relacionados à infraestrutura e ao acesso a serviços básicos, devido ao isolamento.

A Vila Velha do Cassiporé é uma comunidade tradicional pesqueira localizada à margem do Rio Cassiporé, a cerca de 590 quilômetros de Macapá e a 25 quilômetros de Oiapoque. Foi transformada em assentamento pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 1999. Atualmente, na comunidade, vivem cerca de 149 famílias, que desenvolvem outras atividades econômicas, como a agricultura e a criação de gado bovino, bubalino e aves.

Os principais problemas que essa comunidade enfrenta estão relacionados ao escoamento da produção por falta de infraestrutura, ausência de distribuição de energia elétrica e acesso limitado à água potável, que é obtida apenas por meio da escavação de poços. O extrativismo da região tem grandes potencialidades, como a produção de cacau e o turismo de base comunitária, que podem ser aproveitados devido à proximidade com o PARNA Cabo Orange. Além disso, a comunidade é enriquecida por artefatos arqueológicos que remontam a um período anterior ao ano de 1500 (Costa; Lima, 2021).

A comunidade do Sucuriçu está situada na foz e margem direita do rio homônimo, com aproximadamente 800 habitantes, dos quais 95% vivem da atividade pesqueira. A pesca artesanal é predominante, com destaque para a captura de peixes e do caranguejo-uçá. As áreas de pesca se estendem da ilha de Maracá ao igarapé do Congo, abrangendo uma diversidade de espécies. Seus principais desafios estão relacionados à falta de acesso e infraestrutura, como a água potável. Além disso, a região enfrenta problemas no fornecimento de energia elétrica, que é limitado e funciona a partir de geradores durante determinadas horas do dia (Santos Filho *et al.*, 2011).

O Bailique é um arquipélago situado na Foz do Rio Amazonas e abriga cerca de 10 mil pessoas, distribuídas em 51 comunidades. Suas principais atividades econômicas incluem a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e a apicultura. A produção de açaí é uma importante fonte de renda, sendo comercializada localmente e exportada para outras regiões. A pesca é predominantemente artesanal, realizada por pescadores autônomos, sem mecanização. A falta de acesso à água potável é um desafio comum na região, assim como a ausência de energia elétrica constante (Greenpeace, 2024).

2.5 Sítios Arqueológicos

A zona costeira do Amapá apresenta um vasto conjunto de sítios arqueológicos que revelam a complexidade e a profundidade da ocupação humana ao longo do tempo, incluindo estruturas megalíticas e áreas de habitação sazonal. A importância do estudo desses sítios reside na capacidade de compreender as dinâmicas culturais, sociais e ambientais das populações que os habitaram, fornecendo subsídios essenciais para a reconstrução histórica regional (Lima; Silva, 2019). A preservação desses bens arqueológicos é imperativa, pois constituem patrimônio cultural e científico inestimável, muitas vezes vulnerável a pressões antrópicas, como expansão urbana, atividades agrícolas e obras de infraestrutura (Santos; Ferreira, 2020).

Nesse contexto, o desenvolvimento de estratégias para a promoção cultural torna-se uma dimensão complementar e indispensável aos esforços de preservação. A difusão do conhecimento sobre os sítios arqueológicos entre as comunidades locais, a integração desses temas nos currículos escolares e a criação de roteiros e museus de arqueologia são exemplos de ações que podem estimular o turismo cultural e a

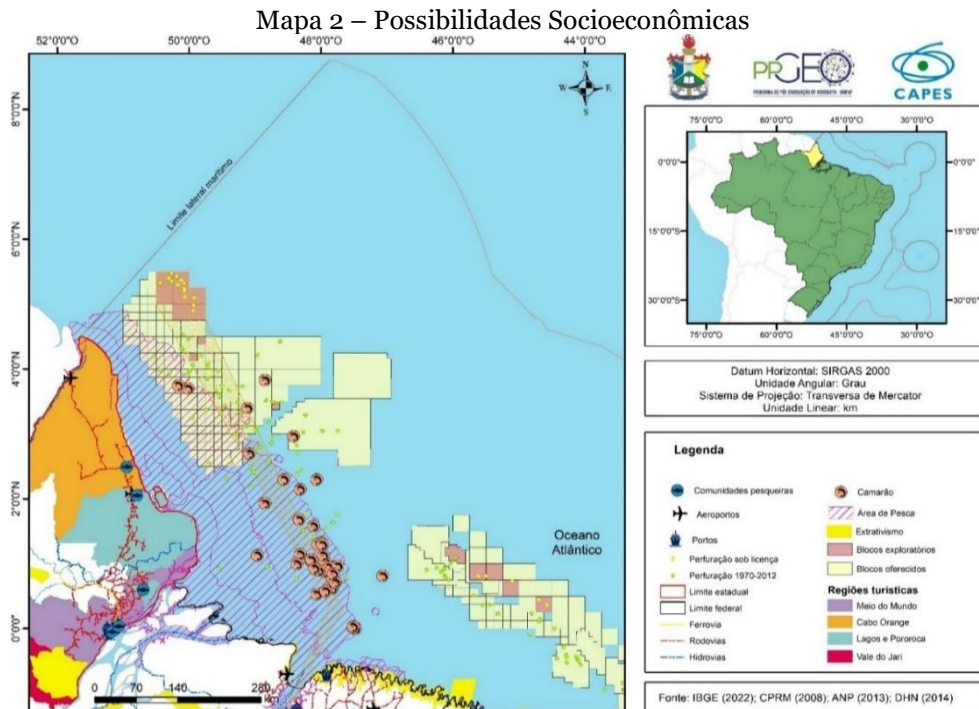
educação patrimonial, fomentando a economia regional de modo sustentável (Almeida, 2016).

Além disso, a promoção de eventos culturais e a participação ativa das populações tradicionais na preservação e interpretação dos sítios ampliam o engajamento social e fortalecem o pertencimento comunitário. Portanto, o estudo e a preservação das áreas arqueológicas da zona costeira do Amapá — aliados a estratégias culturais integradas — constituem pilares essenciais para a realização de um desenvolvimento regional que respeite e valorize seu patrimônio histórico e cultural.

3 SOCIOECONOMIA

O estado do Amapá destaca-se pela vasta riqueza de recursos naturais, de onde se vislumbram inúmeras estratégias por meio da utilização desses elementos para o desenvolvimento local. Embora tenha uma das zonas costeiras menos densamente ocupada, é na ZC do estado que se concentra o desenvolvimento urbano, principalmente na zona metropolitana de Macapá, que compreende ainda os municípios de Santana e Mazagão. Nessa região, verifica-se um dos menores índices de desenvolvimento humano do país. Com exceção da capital, Macapá, todos os outros municípios da zona costeira do estado têm seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre médio e baixo. No geral, o estado ocupa a 26^a posição referente ao PIB do Brasil, refletindo diretamente nos índices de desenvolvimento locais (IBGE, 2021).

Mesmo diante dessa realidade, o estado tem alto potencial de desenvolvimento, com abundância significativa de recursos locais que podem auxiliar na formulação de estratégias para sua exploração. O Mapa 2 evidencia as possibilidades socioeconômicas, visibilizando uma compreensão estratégica das potencialidades.



De acordo com o boletim divulgado pela Secretaria de Planejamento do Amapá (SEPLAN, 2023), as principais atividades econômicas estão concentradas no setor terciário (89,3%), sendo 52,7% provenientes da administração pública. O comércio representa cerca de 14,4% e o setor de serviços privados 32,9%. Além dessas atividades, o estado possui alto potencial para o desenvolvimento de turismo, pesca, aquicultura e extrativismo no ambiente costeiro (Santos; Mendes; Silveira, 2016).

3.1 Extrativismo

Atualmente, as principais atividades desenvolvidas no espaço costeiro e marinho do Amapá estão relacionadas, em geral, à exploração e coleta de recursos naturais como peixes, açaí, mariscos, algas e minerais, que desempenham um papel crucial na diversidade produtiva em períodos sazonais, além de gerar benefícios para a economia local (Greenpeace, 2024).

O açaí apresenta alta relevância para a economia local, desde o seu processo de plantação, que geralmente ocorre nas ilhas e comunidades costeiras da região, até o consumo por meio de diversos produtos alimentícios, além de sua utilização por indústrias de cosméticos, farmacêuticas e até mesmo de *softwares*. No Amapá, estima-se que o produto tenha movimentado, só nas bateadeiras locais, mais de 150 milhões de

reais. O produto representa cerca de 70% da renda dos ribeirinhos, que são, em parte significativa, habitantes da costa do estado. A produção de açaí envolve alto valor econômico, e, com a internacionalização do produto, o estado do Amapá pode se apresentar como um dos maiores produtores no mundo, criando uma possibilidade de desenvolver a economia local (Greenpeace, 2024).

No entanto, em contrapartida, é necessário fomentar o barateamento e a segurança alimentar e econômica da população da região, criando diferentes iniciativas. Nesse sentido, pode-se destacar o açaí liofilizado produzido nas terras indígenas Uaçá e a produção voltada para o mercado internacional, como ocorre no Bailique. É imperativo apontar dados que busquem evidenciar as informações e incluir a população no processo de entendimento e comercialização, para que haja controle e sejam criados dispositivos que permitam apontar demandas e lacunas, transformando-as em dados. A partir disso, será possível fomentar políticas para eficiência e desenvolvimento econômico local. Espelhar esses modelos em outros produtos de bases sustentáveis, como a produção de cacau, cumaru, murumuru e pracaxi, usualmente utilizados em produtos farmacêuticos, estéticos e medicinais, representa uma importante iniciativa que precisa receber subsídios e fomento.

3.2 Pesca

A pesca artesanal, a coleta de mariscos e moluscos e a extração de algas marinhas são realizadas principalmente pelas comunidades tradicionais do Amapá — que, seguindo a tendência nacional, não apresentam dados sistematizados em relação à sua produção. O relatório do IEPA (Santos; Mendes; Silveira, 2016) identificou cerca de 10 áreas de produção pesqueira entre o espaço marinho e costeiro do estado. Mesmo com a ausência de dados e números sistematizados, os índices são considerados satisfatórios em relação à produção no cenário nacional e até mesmo internacional (Isaac; Ferrari, 2017).

Da área costeira do estado até as 24 milhas, as áreas de pesca representam alta produção e grande diversidade, sendo consumidas e comercializadas no mercado local, com pouca participação da produção industrial e exportação. A pesca industrial é, em sua maioria, feita por empresas do estado do Pará, alocadas em polos nos municípios de Calçoene e Oiapoque (Isaac, 2006). Na pesca artesanal, a atividade é realizada, na maioria das vezes, por comunidades tradicionais que enfrentam desafios como a

infraestrutura inadequada, declínio dos estoques pesqueiros e contaminação por mercúrio (Hacon *et al.*, 2020; Jimenez *et al.*, 2020; Zacardi, 2015).

Mesmo diante desse cenário, a pesca artesanal desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na economia das comunidades locais, tendo como estratégias o conhecimento ecológico tradicional, que pode contribuir para a compreensão dos impactos no meio ambiente e auxiliar na formulação de propostas por parte das autoridades responsáveis pela implementação de políticas públicas (Stenekes; Parlee; Seixas, 2020).

O Quadro 4 mostra as principais espécies de peixes e camarões encontrados na região do Amapá.

Quadro 4 – Principais Espécies de Peixes encontradas no Amapá

Nome comum	Nome científico
Camurim	<i>Centropomus spp.</i>
Pescada Branca	<i>Plagioscion squamosissimus</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
Tucunaré	<i>Cichla spp.</i>
Gurijuba	<i>Sciades parkeri</i>
Uritinga	<i>Genidens genidens</i>
Bagre	<i>Pseudoplatystoma spp.</i>
Pescada Amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>
Tamoatá	<i>Hoplosternum littorale</i>
Jiju	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
Apaiari	<i>Astronotus ocellatus</i>
Aracu	<i>Leporinus spp.</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>
Tainha	<i>Mugil spp.</i>
Mandubé	<i>Ageneiosus brevifilis</i>
Anujá	<i>Schizodon fasciatus</i>
Sarda	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>
Camarão Regional	Vários
Branquinha	<i>Curimata spp.</i>
Acari	<i>Loricariidae spp.</i>

Fonte: Adaptado de Santos, Mendes e Silveira (2016).

Esses peixes e camarões são pescados em diferentes ambientes, incluindo rios, lagos, estuários e áreas costeiras, principalmente nos manguezais do Amapá, e possuem alta demanda comercial no mercado interno. Entendendo isso, o estado precisa sistematizar os números referentes à produção de pescado local. O levantamento dessas informações traz múltiplos e significativos benefícios: a partir de dados detalhados, é possível definir quotas de pesca apropriadas para diferentes espécies, como as apresentadas acima, promovendo a exploração consciente dos

demais recursos marinhos e criando, por meio dos dados, políticas de planejamento e ordenamento espacial, além de nortear a criação de zonas de exclusão de pesca para proteger habitats sensíveis e espécies vulneráveis.

O monitoramento e a fiscalização devem fazer o acompanhamento das atividades pesqueiras, facilitando a identificação e o combate à pesca ilegal, para garantir a soberania do território e o cumprimento das regulamentações de pesca em conformidade com as leis ambientais e pesqueiras. Com isso, o desenvolvimento econômico sustentável de comunidades tradicionais e produtores pode ser fomentado por meio de políticas de incentivos mais assertivas e direcionadas, levando em consideração as peculiaridades a que estão submetidos, promovendo práticas de pesca sustentável e melhorando a economia local.

Essa proposta ajuda a entender os impactos das mudanças climáticas nesses ambientes e como elas têm afetado os recursos marinhos, permitindo o desenvolvimento de estratégias de adaptação para mitigar esses efeitos e garantindo a segurança econômica e alimentar dos envolvidos.

3.3 Turismo

As atividades turísticas na costa do Amapá são pouco exploradas. Em geral, a população pouco as conhece, muito devido à falta de incentivos e à dificuldade de acesso ao litoral, decorrente da ausência de infraestruturas que possibilitem o turismo. Mesmo assim, a combinação de sol e uma diversidade de igarapés, lagos e rios evidencia o alto potencial para o desenvolvimento de atividades sociais e de lazer, considerando as peculiaridades e condições únicas desse litoral.

A costa do estado possui uma diversidade de ambientes onde o turismo pode ser desenvolvido. Conta ainda com mais de 40 sítios arqueológicos, sendo o principal o Parque do Solstício, relativamente próximo à praia de Goiabal. Além disso, há outras praias em planícies de intermarés, ilhas e ambientes com alta concentração de biodiversidade que podem ser utilizadas na gastronomia, integrando, assim, a participação das comunidades no processo de fomento ao turismo.

O turismo de sol, em geral, na costa do estado, ocorre nos balneários e nas praias da Fazendinha e de Goiabal, localizada a cerca de 300 km da capital do estado. No entanto, algumas áreas, como o PARNA Cabo Orange, os lagos nas regiões costeiras, as praias da Ilha de Santana, Parazinho e o próprio estuário do Rio Amazonas,

apresentam-se como ambientes relevantes para o desenvolvimento de atividades turísticas (Silva *et al.*, [202-?]; Silva; Rodrigues; Costa, 2023). Para isso, são necessários levantamentos sobre o potencial do geoturismo e do turismo sustentável, que fomentem o reconhecimento das atribuições e garantam acesso a investimentos em infraestrutura, possibilitando o desenvolvimento do potencial da região e criando mecanismos para a realização de atividades de Turismo (Lima; Lima; Avelar, 2020; Santos; Mendes; Silveira, 2016).

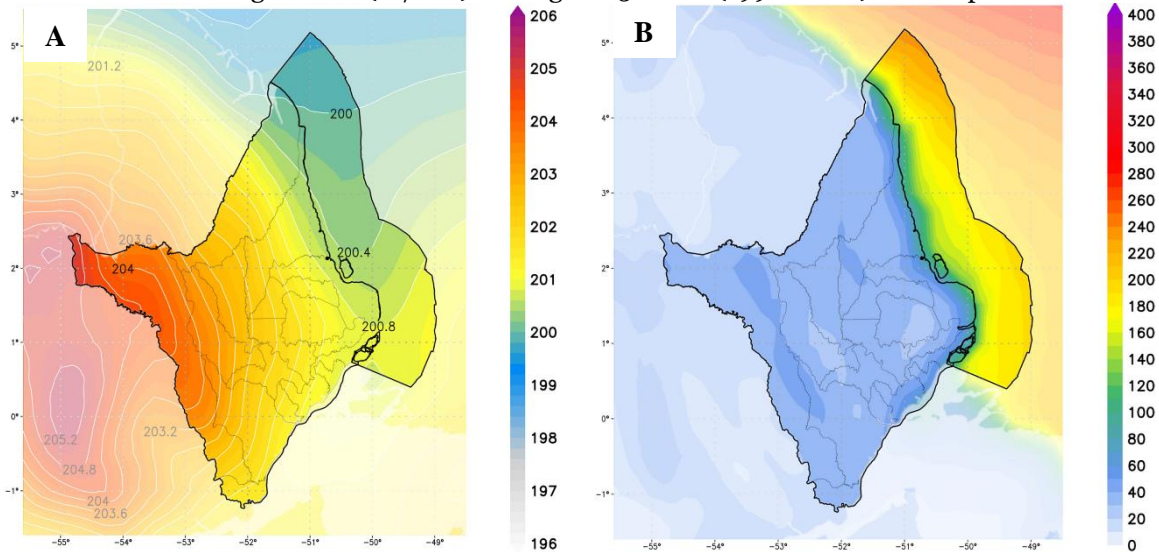
3.4 Atividades Industriais *offshore*

3.4.1 Energias Renováveis

A atividade industrial no estado do Amapá é relativamente discreta, mesmo sendo integrante da Zona Franca Verde, que isenta o estado do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), apresentando, assim, grande possibilidade de atrair investidores. Visando explorar os inúmeros potenciais, algumas iniciativas têm buscado inserir maior protagonismo ao setor industrial, com grande destaque para o ambiente marinho e costeiro.

Uma dessas possibilidades está no setor de energia renovável. Os números apontam para um potencial significativo das águas costeiras do Amapá para a geração de energia eólica *offshore* (Figura 1), “dadas suas velocidades de vento consistentes e valores superiores de WPD e CF. Da mesma forma, certas zonas *offshore* com irradiação solar notável se destacam como candidatas para instalações fotovoltaicas expansivas” (Reis *et al.*, 2023, p. 24, tradução nossa).

Figura 1 – A: Distribuição espacial da produção média anual de energia solar concentrada (W/m^2) ao longo de 30 anos (1991–2020) no Amapá; B: Distribuição espacial da densidade média anual de energia eólica (W/m^2) ao longo de 30 anos (1991–2020) no Amapá



Fonte: Reis *et al.* (2023, p. 22 e p. 15).

No contexto em que o Brasil vem adotando medidas para se tornar um dos líderes mundiais na produção de energias renováveis, estudos como este colocam o Amapá em um cenário promissor de prospecção de fontes energéticas renováveis (eólica e solar) em alto-mar. Com desenvolvimento e inovação em energia eólica e solar pautados na sustentabilidade, o Amapá pode aproveitar ao máximo seu potencial de energia renovável, o que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado, reduzindo sua dependência de fontes de energia não renováveis e contribuindo com o país na segurança energética.

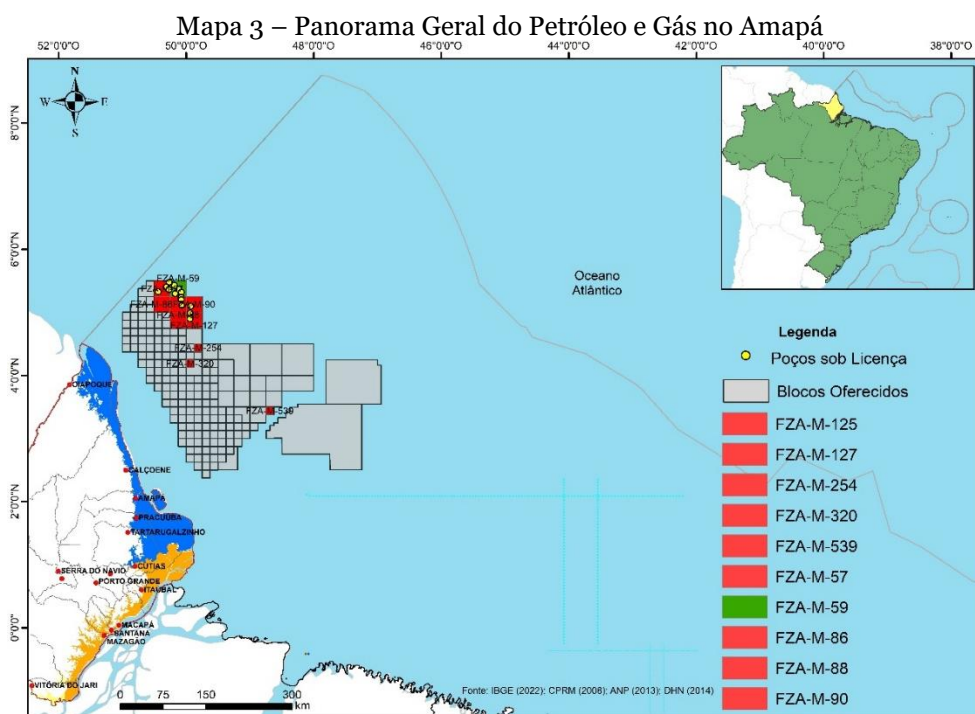
Esses estudos também servem como uma ferramenta valiosa para impulsionar pesquisas acadêmicas, orientar tomadas de decisão e atrair investimentos para o setor de energias renováveis, considerando a escassez de dados na região do Amapá.

3.4.2 Petróleo e Gás

A iminência gerada após o *boom* da descoberta de petróleo no Platô das Guianas tem feito com que as autoridades brasileiras voltem seus olhos para a Margem Equatorial Brasileira. Acredita-se que “a exploração do petróleo na Bacia Foz do Amazonas representa importância estratégica para a soberania energética brasileira, além de possuir um significativo potencial para transformar a economia do estado do Amapá” (Chelala; Chelala, 2024, p. 1).

A estimativa geral aponta para um potencial que pode duplicar a reserva atual do Brasil, com projeções que chegam a 30 bilhões de barris de petróleo (Santos, 2024). Na região da Foz do Amazonas (5,6 bilhões de barris de petróleo), onde está o espaço marinho pertencente, em grande parte, ao estado do Amapá (Mapa 3), os estudos técnicos e ambientais vêm sendo realizados desde 2013, mas enfrentam resistência no processo de licenciamento, tendo como principais alegações a insuficiência de estudos necessários para o entendimento dos impactos.

Na costa do estado, encontram-se em processo de licenciamento seis blocos exploratórios: FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125, FZA-M-127 e FZA-M-59, sendo bloco FZA-M-59 o mais avançado.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A exploração de petróleo na região pode impulsionar significativamente a economia local, ao oferecer vantagens tanto no mercado nacional quanto no internacional. Em geral, os benefícios diretos em relação às atividades petrolíferas estão ligados ao aumento na demanda de serviços, hotelaria, gastronomia, educação e indústria de peças e equipamentos, além da demanda por profissionais qualificados na área. Com isso, espera-se um aumento na movimentação econômica em setores como transporte, produção de eletricidade e comércio internacional, incluindo a exportação direta de óleo e seus derivados.

Todavia, o estado do Amapá, em geral, mostra-se com relativa vulnerabilidade em diversos desses aspectos, por não dispor da oferta de cursos em suas principais instituições e centros técnicos voltados para a exploração petroleira e atividades em alto-mar, o que pode resultar num processo de importação de mão de obra qualificada, restando ao estado somente a demanda por serviços terceirizados com baixa remuneração. Outros impactos sociais podem estar relacionados ao inchaço populacional e à pressão sobre os espaços urbanos, aumentando a competitividade por esses espaços, empurrando moradores locais para zonas mais periféricas e gerando inúmeros impactos ao meio ambiente, aos ecossistemas e às comunidades que dependem dos recursos provenientes do mar.

Outro ponto é o fato de a região onde estão localizados os poços, na Bacia da Foz do Amazonas, no espaço marinho do Amapá, caracterizar-se por sua rica biodiversidade. Assim, a exploração de hidrocarbonetos pode apresentar ameaças a habitats únicos e espécies endêmicas sobre as quais se têm poucas informações (Silva Junior; Magrini, 2014), como os recifes de corais recém-descobertos. Em um importante estudo relacionado ao Serviço Oceanográfico e Ambiental (PROOCEANO), as Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo (Cartas SAO) mostraram algumas medidas e informações que podem ser utilizadas para o planejamento em caso de poluição por óleo.

Nesse material, é evidenciado que mais de 75% da costa do Amapá possui alta sensibilidade ao derramamento de óleo, sendo as áreas como barras de rio vegetadas, margens de rios e lagoas com vegetação e manguezais as que poderiam ser mais afetadas. As condições litorâneas do estado o condicionam a uma elevada sensibilidade ambiental, onde 83% da vegetação lamosa e dos substratos arenosos apontam a necessidade de se estabelecerem medidas rigorosas para mitigar os possíveis impactos ambientais e proteger as comunidades locais (Santos; Mendes; Silveira, 2016).

3.5 Infraestrutura

3.5.1 Estrutura Portuária

Um dos grandes problemas do estado é a sua infraestrutura, que, de modo geral, é pouco integrada e funcional. A construção territorial do Amapá, em sua maioria, está condicionada aos processos histórico-geográficos da região, tendo como elemento

simbólico os rios (Guerra, 1954), e que atualmente vem sendo transicionada para um modelo que visa atender às obras de grandes empreendimentos capitais, ensejando novas perspectivas de ordenamento territorial da sua malha de infraestrutura (Margarit, 2022).

Mesmo tendo como elemento base o sistema hidroviário da região, que é resultado do isolamento geográfico ao qual o estado está condicionado, possibilitado somente por meio de rios ou transporte aéreo. O estado dispõe de poucas instalações portuárias com estruturas básicas de funcionamento, concentradas em portos públicos e privados do município de Santana, utilizados para fins comerciais, como carregamento e descarregamento de mercadorias, competindo com o fluxo de passageiros em diversos tipos de embarcações. Com isso, o potencial da área para o escoamento de mercadorias, a atracação de cargueiros e o desenvolvimento de um polo industrial naval permanecem subutilizados (Viana, 2016).

Os outros portos privados, que escoam principalmente celulose e outros produtos, estão distribuídos na região metropolitana das cidades de Macapá, Santana e Mazagão. Estima-se, de acordo com o relatório do IEPA (Santos; Mendes; Silveira, 2016), que o estado tenha cerca de 30 portos, terminais e rampas de embarcações. Geralmente esses portos não apresentam condições favoráveis para o desenvolvimento dessas atividades, de acordo com as normas da Agência Nacional de Transportes Aquáticos (ANTAQ). Somente 6 desses constam no *site* do órgão: ETC Bertolini – Santana; Plataforma Logística do Amapá Ltda.; Terminal Cianport Santana; Terminal de Graneis Líquidos do Amapá; Terminal de Macapá; Terminal Privativo Zamin Ferrous Sistema Amapá (ANTAQ, 2025).

Essa realidade mostra o desperdício de potencial logístico hidroviário no Amapá, que se reflete na ausência de portos públicos e terminais eficientes para a população que chega ao estado por via marítima. Sua localização aponta para um setor que pode usufruir de suas condições geográficas estratégicas, sendo utilizado como *hub* logístico na região do Atlântico Sul. Além disso, esse setor apresenta a possibilidade de emergir como um novo vetor de desenvolvimento econômico e auxiliar nas atividades turísticas em uma região com alto potencial de atrativos naturais, sendo o principal o Rio Amazonas.

As infraestruturas portuárias eficientes permitem um controle mais assertivo e regulações das atividades portuárias e marítimas, facilitando a fiscalização e o monitoramento de embarcações, que são vitais para a segurança marítima e para a

prevenção de atividades ilegais como o contrabando e a pesca ilegal. Outro ponto importante é que isso permite a proteção ambiental, já que ajuda na implementação de medidas ambientais consistentes e possibilita a criação de dispositivos legais eficientes que podem mitigar os impactos negativos das atividades portuárias e marítimas. Portos funcionais facilitam a gestão de descartes de resíduos, pois evitam a poluição ambiental nas áreas circunvizinhas, ajudando na contenção de derramamentos de óleo — comuns na região — e auxiliando na proteção dos ecossistemas sensíveis e da biodiversidade regional.

O levantamento, a análise e a criação de dados sobre a infraestrutura portuária do Amapá são essenciais para o planejamento espacial marinho e a gestão costeira. Através deles, é possível traçar estratégias para melhorar a eficiência das operações, garantir a segurança e o controle das atividades realizadas, além de mitigar os impactos ambientais. Com isso, ainda se auxilia na integração de rotas de acesso, como estradas e aeroportos, promovendo o rápido acesso de mercadorias e pessoas, conectando diferentes modos de transporte e regiões. Essa etapa de integração e melhoramento da logística reduz os custos operacionais e tempos de espera, aumentando a competitividade e facilitando o turismo, bem como a resposta rápida a incidentes ambientais ou acidentes marítimos.

Para isso, a integração de novas tecnologias é um importante passo, pois permite controle rigoroso, atrai investimentos para a região e proporciona segurança jurídica aos investidores, promovendo o desenvolvimento econômico e a competitividade das regiões costeiras nessa importante área do espaço marítimo brasileiro.

3.5.2 Malha Rodoviária

A malha rodoviária do Amapá tem pouca integração com os portos do estado. Isso pode ser justificado pelo fato de que, em grande parte, a produção extrativista (principalmente mineral) foi escoada durante décadas por via férrea, que hoje não é mais utilizada. O sistema de transporte do Amapá evolui proporcionalmente aos processos de produção (Silva; Cunha, 2016). Essa seletividade espacial gerou um cenário onde a fluidez operacional tem sido consequência do que vem sendo produzido, e, devido à existência de algumas áreas especiais, como territórios

tradicionais, indígenas e quilombolas, ocorre uma fragmentação logística e, conseqüentemente, territorial (Margarit, 2022).

Nesse processo, a integração ao ambiente costeiro se consolidou em perspectiva de um arranjo ligado às atividades pecuárias e pesqueiras e que, atualmente, vem sendo transicionado para processos de reordenamento logístico da produção de soja e outras mercadorias, e, mais recentemente, para a exploração de petróleo e gás. Os principais eixos logísticos do setor rodoviário do Amapá são as rodovias BR-210 e BR-156. A BR-156 se estende de norte a sul e liga o estado à ponte binacional na fronteira entre o município de Oiapoque e a Guiana Francesa.

3.5.3 Aeroportos

O sistema de aeroportos amapaense é outro ponto que demanda atenção especial. Atualmente, o principal aeroporto está localizado na capital, Macapá. Além desse, há outros quatro aeroportos regionais: Aeroporto de Amapá, Aeroporto de Calçoene, Aeroporto de Porto Grande e Aeroporto de Oiapoque.

Com exceção do aeroporto de Macapá, os outros aeroportos são pouco aproveitados para fins operacionais, sendo, na maioria das vezes, subutilizados para fins políticos e empresariais. Ultimamente, em virtude da movimentação em torno da exploração de hidrocarbonetos, a ampliação e reestruturação do aeroporto do município de Oiapoque vêm sendo pautadas, configurando uma nova tendência de reordenação territorial sob os auspícios do capitalismo.

Essa criação de condições operacionais tem sido um pilar fundamental na transição do setor de logística do Amapá. A promoção, a integração e o desenvolvimento de vetores ligados à demanda aeronáutica circundam os interesses econômicos pelos quais o estado tem passado. Entretanto, podem ser bem aproveitados no contexto de monitoramento e gestão da costa amapaense, tendo em vista que o melhoramento do setor viabiliza ações de planejamento e mitigação em consonância com a sustentabilidade e governança costeira, ao possibilitar acessos mais rápidos a fiscalização e pesquisas, além de apoio logístico a zonas marítimas *offshore*, possibilitando respostas emergenciais e transporte e acessibilidade às comunidades costeiras de recursos e suprimentos tecnológicos para as pesquisas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A costa do estado do Amapá configura-se como um espaço de elevada complexidade socioambiental, abrigando uma rica diversidade biológica, cultural e econômica. As múltiplas formas de ocupação e uso dos territórios litorâneos por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, pescadores e populações tradicionais revelam modos de vida estreitamente vinculados ao ambiente natural, cuja preservação é condição indispensável para a continuidade desses grupos. Essa realidade impõe a necessidade de políticas públicas que reconheçam essas populações como protagonistas dos processos de planejamento territorial, especialmente no âmbito do Planejamento Espacial Marinho.

A análise das Unidades de Conservação, dos sítios arqueológicos e dos potenciais econômicos costeiros e marinhos demonstrou que o Amapá possui vantagens comparativas únicas para o desenvolvimento sustentável, desde que as ações estejam ancoradas na valorização da biodiversidade, no conhecimento tradicional e em modelos econômicos de base local. Atividades como o extrativismo, a pesca artesanal e o turismo comunitário, por exemplo, oferecem alternativas viáveis à lógica predatória de exploração de recursos, demandando investimentos em infraestrutura, capacitação e regularização fundiária para garantir a permanência e o fortalecimento dessas atividades.

Por outro lado, as pressões oriundas da industrialização offshore, como a prospecção de petróleo e gás e a exploração de energias renováveis, requerem rigor técnico e responsabilidade socioambiental para evitar impactos irreversíveis sobre ecossistemas frágeis e modos de vida tradicionais. A ausência de dados sistematizados, de infraestrutura adequada e de mecanismos efetivos de participação social pode agravar os riscos associados a tais empreendimentos, o que reforça a urgência na criação de instrumentos de governança que articulem ciência, saberes locais e planejamento estratégico.

Dessa forma, este estudo evidencia que qualquer projeto de desenvolvimento para a zona costeira e marinha do Amapá deve partir do reconhecimento da pluralidade de sujeitos e da complexidade dos territórios. O fortalecimento de políticas integradas, baseadas na justiça ambiental, na equidade territorial e na valorização dos conhecimentos tradicionais, é fundamental para garantir um futuro em que a conservação ambiental e o bem-estar das populações costeiras não sejam mutuamente

excludentes, mas dimensões complementares de um mesmo processo de transformação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). **Consulta de Instalações Portuárias**. Brasília, DF: ANTAQ, 2025. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/portaltv3/sdpv2servicosonline/ConsultarInstalacaoPortuaria.aspx>. Acesso em: 3 maio 2025.

ALMEIDA, T. Promoção cultural e patrimônio arqueológico: uma abordagem sustentável. In: ALMEIDA, T. **Cultura e sustentabilidade: desafios e perspectivas**. São Paulo: Acadêmica, 2016. p. 89-105.

ARAÚJO, L. *et al.* Growing industrialization and poor conservation planning challenge natural resources' management in the Amazon Shelf off Brazil. **Marine Policy**, [s. l.], v. 128, p. 104465, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X21000762?via%3Dihub>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BAKKER, Y.; KONING, J.; TATENHOVE, J. Resilience and social capital: the engagement of fisheries communities in marine spatial planning. **Marine Policy**, [s. l.], v. 99, p. 132-139, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X18301441?via%3Dihub>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 abr. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 19 jul. 2000.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Exploração de petróleo na Bacia Foz do Amazonas: impactos socioeconômicos e considerações ambientais. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Londrina, v. 13, n. 2, e1039, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1039>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CONSELHO DE CACIQUES DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE (CCPIO). **Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: Iepé, 2019.

COSTA, R.; LIMA, R. Territorialidade e conflitos em Vila Velha do Cassiporé: políticas públicas para o desenvolvimento. In: BASQUEROTE, A. T. (org.). **Geografia: a terra como palco das relações entre sociedade e meio**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 169-183.

COULY, C. *et al.* Síntese Missão Cunani 2010: relatório da equipe do Projeto USART para o ICMBio Cabo Orange. 2010. **Hal Open Science**, [s. l.], p. 1-41, 2010. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-00605505/file/ICMBio_Sintese_Cunani_Portugues-FINAL.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

DOVCHIN, S.; DOVCHIN, U.; GOWER, G. The discourse of the Anthropocene and posthumanism: indigenous peoples and local communities. **Ethnicities**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 521-535, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14687968231219778>. Acesso em: 16 maio 2025.

DRUMMOND, J.; CASTRO DIAS, T.; BRITO, D. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA/GEA/SEMA, 2008.

GREENPEACE. **Costa do Amapá: potenciais impactos do petróleo e alternativas econômicas**. Santana: Amapari Consultoria Ambiental, 2024.

GUERRA, A. T. **Estudo geográfico do território do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

HACON, S. *et al.* Mercury exposure through fish consumption in traditional communities in the Brazilian Northern Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s. l.], v. 17, n. 15, 5269, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/15/5269>. Acesso em: 26 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>. Acesso em: 3 maio 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Monitoramento da biodiversidade para conservação dos ambientes marinhos e costeiros**. Brasília, DF: ICMBio, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/fauna-e-flora/monitoramento-da-biodiversidade-para-conservacao-dos-ambientes-marinhos-e-costeiros-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Parque Nacional do Cabo Orange é eleito Sítio Ramsar**. Brasília, DF: ICMBio, dez. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/parque-nacional-do-cabo-orange-e-eleito-sitio-ramsar>. Acesso em: 3 maio 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Instituto Chico Mendes retoma discussão sobre governança do Sítio Ramsar da Foz do Amazonas e seus manguezais**. Brasília, DF: ICMBio,

nov. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/instituto-chico-mendes-retoma-discussao-sobre-governanca-do-sitio-ramsar-da-foz-do-amazonas-e-seus-manguezais>. Acesso em: 3 maio 2025.

ISAAC, V.; FERRARI, S. Assessment and management of the north Brazil shelf large marine ecosystem. **Environmental Development**, [s. l.], v. 22, p. 97-110, 2017.

JIMENEZ, E. *et al.* Value chain dynamics and the socioeconomic drivers of small-scale fisheries on the Amazon coast: a case study in the state of Amapá, Brazil. **Marine Policy**, [s. l.], v. 115, 103856, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X18301428?via%3Dihub>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LIMA, A. F.; COSTA, M. Biodiversidade e Conservação na Foz do Amazonas. In: **Biodiversidade brasileira: desafios e oportunidades**. São Paulo: Acadêmica, 2020. p. 123-145.

LIMA, J. *et al.* Territorialidade negra no espaço transnacional entre Brasil e Guiana Francesa: o caso da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho (1990 a 2021). **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, Pelotas, v. 19, n. 38, p. 164-189, 2022.

MARGARIT, E. As obras de infraestrutura estratégicas para a organização do espaço amapaense. **Confins**, [s. l.], n. 55, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45847>. Acesso em: 15 maio 2025.

RAMSAR CONVENTION ON WETLANDS. **The Ramsar Sites Information Service**. 2019. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org>. Acesso em: 3 maio 2025.

REIS, J. *et al.* Wind and Solar Energy Generation Potential Features in the Extreme Northern Amazon Using Reanalysis Data. **Energies**, [s. l.], v. 16, n. 22, p. 7671, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1996-1073/16/22/7671>. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTOS FILHO, A. *et al.* Levantamento socioeconômico da atividade pesqueira artesanal na vila do Sucurijú, Amapá, Brasil. **Boletim Técnico-Científico Cepnor**, Belém, v. 11, n. 1, p. 129-141, 2011.

SANTOS, M. Exploração da Margem Equatorial pode duplicar reservas de petróleo e gás do Brasil para mais de 30 bilhões de barris. **Petrosolgas**, [s. l.], 13 jun. 2024. Disponível em: <https://petrosolgas.com.br/exploracao-da-margem-equatorial-pode-duplicar-reservas-de-petroleo-e-gas-do-brasil-para-mais-de-30-bilhoes-de-barris/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SANTOS, M.; FERREIRA, C. A importância da preservação dos sítios arqueológicos na costa do Amapá. **Cadernos de Arqueologia Brasileira**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 123-140, 2020.

SANTOS, V. F.; MENDES, A. C.; SILVEIRA, O. M. (coord.). **Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo da Bacia Marítima da Foz do Amazonas**. Macapá: IEPA, 2016.

SCHMIDT, D.; PIERACCINI, M.; EVANS, L. Marine protected areas in the context of climate change: key challenges for coastal social-ecological systems. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, [s. l.], v. 377, 20210131, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35574854/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ (SEPLAN). **Boletim Econômico do Amapá 2023**. Macapá: SEPLAN, 2023.

SILVA JUNIOR, O.; MAGRINI, A. Exploração de hidrocarbonetos na foz do rio Amazonas: perspectivas de impactos ambientais no âmbito das áreas ofertadas na 11ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo. **GeoAmazônia**, Belém, v. 2, n. 4, p. 1-15, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12422/pdf_36. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA JUNIOR, O.; SANTOS, V.; SARMENTO, E. Retrospecto e Perspectiva: 30 anos do Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO) no Estado Amapá. In: SANTOS, C. R.; POLETTE, M. (org.). **A gestão costeira integrada no Brasil: histórico, processos e desafios**. Itajaí: Univali, 2022. p. 506-531.

SILVA, O.; CUNHA, L. Sistema viário e dinâmicas produtivas pioneiras na porção leste da Amazônia setentrional brasileira. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 35, p. 3-17, 2016. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/35_1/4390. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, W. *et al.* **Praias da Costa Amapaense: Reflexões a partir de uma Proposta de Intervenção Didática**. [S. l.: s. n], [202-?]. No prelo.

SILVA, W.; RODRIGUES, I.; COSTA, N. Análise da potencialidade dos aspectos turísticos do município de Calçoene – Amapá, Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA E SUSTENTABILIDADE, 2., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFRA, 2023. p. 1-2.

STENEKES, S.; PARLEE, B.; SEIXAS, C. Culturally driven monitoring: The importance of traditional ecological knowledge indicators in understanding aquatic ecosystem change in the Northwest Territories' Dehcho region. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 19, 7923, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/19/7923>. Acesso em: 22 abr. 2025.

TASSINARI, A. M. I. **Contribuição à história e a etnografia do Baixo Oiapoque**: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-09012023-142411/publico/1998_AntonellaMariaImperatrizTassinari.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

VIANA, T. **Planejamento e gestão urbanos na orla fluvial de Santana**: aportes para o desenvolvimento local. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

VIDAL, L. **Narrativas e Memórias de um chefe Galibi do Oiapoque**. São Paulo: Iepé, 2023.

VIDAL, L. O modelo e marca, ou o estilo dos “misturados”: cosmologia, história e estética entre os Povos Indígenas do Uaçá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 29-45, 1999.

ZACARDI, D. Aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira realizada no rio Tracajatuba, Amapá, Brasil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, São Cristóvão, v. 3, n. 2, p. 31-48, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/ActaFish/article/view/4429/4044>. Acesso em: 25 jun. 2025.